

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO

1ª Reunião Extraordinária 03 de Setembro de 2025 às 14:30 horas no Plenário José Bonifácio.

Presidente: Deputada Solange Freitas

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei Complementar 13/2023	Deputado Major Mecca	Altera a Lei Complementar nº 432, de 18 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos funcionários e servidores da Administração Centralizada e das Autarquias do Estado.	Deputado Rodrigo Moraes	favorável	
2	Projeto de lei Complementar 86/2023	Deputada Dani Alonso	Altera a Lei Complementar nº 731, de 26 de outubro de 1993, que dispõe sobre os vencimentos e vantagens pecuniárias dos integrantes da Polícia Civil e da Polícia Militar.	Deputado Rodrigo Moraes	favorável na forma do substitutivo apresentado pela CCJR	
3	Projeto de lei 770/2021	Deputado Mauro Bragato	Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Pró-IAMSPE, vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão.	Deputado Alex Madureira	favorável ao projeto e contrário ao substitutivo nº 1 e às emendas nº 1, 2, 3 e 4	
4	Projeto de lei 613/2023	Deputada Professora Bebel	Aprova o Plano Estadual para os Servidores Públicos do Estado de São Paulo - PESP.	Deputado Guilherme Cortez	favorável	
5	Projeto de lei 669/2023	Deputada Dani Alonso	Estabelece normas gerais para colocar à disposição de entidades associativas da Polícia Militar membros da ativa para exercerem funções administrativas e representativas.	Deputado Rodrigo Moraes	favorável	

6	Projeto de lei 677/2023	Deputado Leonardo Siqueira e Deputado Altair Moraes	Autoriza o Poder Executivo a celebrar contratos de cessão onerosa de direito à nomeação de eventos e equipamentos públicos estaduais - Naming Rights.	Deputado Gilmaci Santos	favorável ao projeto e à emenda nº 1	
7	Projeto de lei 756/2023	Deputado Mauro Bragato	Determina a inclusão do(a) Sociólogo(a) na composição da Equipe Psicossocial nas escolas estaduais.	Deputada Professora Bebel	favorável	
8	Projeto de lei 1480/2023	Deputado Reis	Altera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 7.524, de 28 de outubro de 1991, que institui Auxílio-Alimentação para funcionários e servidores da Administração Centralizada e dá providências correlatas.	Deputada Professora Bebel	favorável ao projeto com a emenda ora apresentada	
9	Projeto de lei 269/2024	Deputado Paulo Fiorilo	Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas para garantir atendimento aos servidores públicos vinculados ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE.	Deputado Guilherme Cortez	favorável	
10	Projeto de lei 338/2024	Deputado Major Mecca e Deputado Ricardo França	Estabelece nova redação à Lei nº 17.205, de 07 de novembro de 2019, que estabelece, para fins de requisição direta à Fazenda do Estado de São Paulo, Autarquias, Fundações e Universidades estaduais, o limite para atendimento como obrigações de pequeno valor, nos termos do § 3º do artigo 100 da Constituição Federal.	Deputado Rodrigo Moraes	favorável	
11	Projeto de lei 540/2024	Deputado Vitão do Cachorrão	Institui o selo estadual Cinquenta Mais, destinado a empresas que ofereçam oportunidade de emprego para pessoas com mais de 50 (cinquenta) anos de idade.	Deputado Itamar Borges	favorável	
12	Projeto de lei 631/2024	Deputado Dr. Jorge do Carmo	Institui o "Dia da Merendeira".	Deputado Guilherme Cortez	favorável	

13	Projeto de lei 847/2024	Deputado Danilo Campetti	Estabelece a concessão do direito a uma folga anual para a mulher realizar exames de controle do câncer de mama e do colo do útero.	Deputado Teonilio Barba	favorável na forma do substitutivo ora proposto	
----	----------------------------	-----------------------------	---	----------------------------	--	--

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

1ª Reunião Extraordinária 03 de Setembro de 2025 às 14:30 horas no Plenário José Bonifácio.

Presidente: Deputada Solange Freitas

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
14	Projeto de lei 413/2024	Deputado Guilherme Cortez	(CONCLUSIVA) Institui o "Dia Estadual do(a) Sapateiro(a)".	Deputado Teonilio Barba	favorável	
15	Projeto de lei 601/2024	Deputado Carlos Cezar	(CONCLUSIVA) Institui o "Dia do Pediatra".	Deputada Professora Bebel	favorável	
16	Projeto de lei 617/2024	Deputada Carla Morando	(CONCLUSIVA) Institui o "Dia Estadual do Cuidador das Pessoas com Deficiência e do Cuidador Escolar das Pessoas com Deficiência".	Deputada Professora Bebel	favorável	
17	Projeto de lei 629/2024	Deputada Leci Brandão	(CONCLUSIVA) Institui o "Dia do Motorista Profissional".	Deputado Teonilio Barba	favorável	
18	Projeto de lei 653/2024	Deputado Carlos Cezar	(CONCLUSIVA) Institui o "Dia da Manicure".	Deputada Professora Bebel	favorável	
19	Projeto de lei 680/2024	Deputado Carlos Giannazi	(CONCLUSIVA) Institui o "Dia do Técnico em Prevenção e Combate a Incêndios".	Deputada Professora Bebel	favorável	
20	Projeto de lei 683/2024	Deputada Maria Lúcia Amary	(CONCLUSIVA) Institui o "Dia Estadual do Fonoaudiólogo Educacional."	Deputado Guilherme Cortez	favorável	

21	Projeto de lei 806/2024	Deputado André Bueno	(CONCLUSIVA) Institui o "Dia do Profissional de Logística", incluindo-o no Calendário Oficial do Estado.	Deputada Professora Bebel	favorável	
22	Projeto de lei 42/2025	Deputado Carlos Giannazi	(CONCLUSIVA) Institui o "Dia Estadual do Mestre de Obras".	Deputado Alex Madureira	favorável	
23	Projeto de lei 366/2025	Deputado Paulo Correa Jr	(CONCLUSIVA) Institui o "Dia do Agente de Viagens".	Deputada Professora Bebel	favorável	
24	Moção 330/2024	Deputado Dr. Elton	(CONCLUSIVA) Aplauda a Dra. Antonia Sant'Ana, aprovada como Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.	Deputado Gilmaci Santos	favorável	
25	Moção 163/2025	Deputado Fábio Faria de Sá	(CONCLUSIVA) Apela aos Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes dos partidos com assento naquelas Casas Legislativas, para o envio de esforços para a apreciação e aprovação do Projeto de Lei nº 5.620, de 2023.	Deputado Alex Madureira	favorável	
26	Moção 249/2025	Deputada Professora Bebel	(CONCLUSIVA) Manifesta apoio ao fim da escala de trabalho 6x1 (seis por um) e a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição que tramita no Congresso Nacional com essa finalidade.	Deputado Guilherme Cortez	favorável	
27	Moção 250/2025	Deputada Professora Bebel	(CONCLUSIVA) Repudia o Projeto de Lei nº 2363/2011, em tramitação na Câmara dos Deputados, que altera o artigo 253 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criando restrições aos direitos dos trabalhadores no que se refere aos intervalos no trabalho em ambientes frigoríficos na indústria da alimentação.	Deputado Teonilio Barba	favorável	

28	Moção 254/2025	Deputada Professora Bebel	(CONCLUSIVA) Repudia o Grupo JBS Alimentos pelo desrespeito aos direitos trabalhistas e à saúde dos trabalhadores.	Deputado Teonilio Barba	favorável	
----	----------------	---------------------------	--	-------------------------	-----------	--

Item 29 - Requerimento nº 127/2025, de autoria do Deputado Guilherme Cortez. Requer que sejam convidados os atuais gestores da SABESP, com o objetivo de prestar a esta Comissão informações a respeito do aumento das tarifas de água.

Item 30 - Requerimento nº 1944/2025, de autoria do Deputado Luiz Claudio Marcolino, requer a convocação de representantes do Banco Santander para audiência nesta Comissão, em data a ser designada, a respeito de denúncias de graves irregularidades trabalhistas.

Item 31 - Requerimento nº 2297/2025 - De autoria do Deputado Guilherme Cortez. Requer a convocação do Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Guilherme Muraro Derrite, para que preste a esta Comissão informações sobre fatos noticiados envolvendo sua evolução patrimonial, após nomeação para o cargo de Secretário de Estado.

PARA CIÊNCIA:

Através de ofício enviado a esta Comissão (Ofício FESSP-ESP 019/2024), a Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo denuncia a ausência de órgãos técnicos estaduais voltados à saúde e à segurança no trabalho dos servidores estatutários. Alega que a omissão expõe os trabalhadores a riscos de acidentes, doenças ocupacionais e morte. Solicita que esta Comissão inste o Executivo a implementar estruturas previstas na Lei Complementar n 432, de 18 de dezembro de 1985, para garantir condições dignas de trabalho.